

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO nº 69/2013

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Em atendimento à solicitação da Promotoria de Justiça da Comarca de Ubá, nos dias 8, 9 e 10 de julho de 2013 foi realizada vistoria naquela cidade pela arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais e pela Historiadora Neise Mendes Duarte, analistas do Ministério Público.

Este laudo técnico tem como objetivo avaliar a proteção do Conjunto Paisagístico da Praça Guido Marlière, localizada no centro da cidade de Ubá.



Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Ubá. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ub%C3%A1>. Acesso 04-07-2013.

2 - METODOLOGIA

Para elaboração deste laudo foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos:

- Pesquisa na Diretoria de Promoção do IEPHA, que gerencia o ICMS Cultural repassado aos municípios.
- Inspeção “in loco” no núcleo urbano de Ubá, com registro fotográfico.
- Consulta à legislação urbanística municipal que trata sobre o patrimônio histórico e cultural de Ubá.
- Pesquisa no Arquivo Histórico da Cidade de Ubá.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3 – DESCRIÇÃO HISTÓRICA:

3.1 - Breve Histórico de Ubá¹:

No início do século XVIII, expedições bandeiristas passaram pelas terras onde hoje fica o município de Ubá. Supostamente, por volta de 1730, uma destas bandeiras, chefiada por Antônio Rodrigues Arzão, passou pelo atual município de Visconde do Rio Branco, dirigindo para Rio Casca.

Na região do Xopotó foram distribuídas cartas de doação de sesmarias em 1768. Na região de Ubá, Guidoal e Ubá Pequeno, as primeiras cartas de sesmarias datam de 1797.

A colonização efetiva da bacia do Rio Pomba deu-se, inicialmente, a partir da declínio das atividades de mineração. Em fins do século XVIII e início do século XIX, várias famílias deixaram a região central de Minas Gerais à procura de terras férteis e propícias à agricultura.

Em 1805, o capitão-mor Antônio Januário Carneiro e seu cunhado José Cesário Alvim, adquiriram várias sesmarias na região, sendo o capitão-mor considerado o fundador de Ubá.

O Capitão Antônio Januário Carneiro e sua esposa, Francisca Januária de Paula Carneiro, estabeleceram-se na região e fundaram a Fazenda Boa Esperança, cuja sede abriga atualmente o Ginásio São José. Foi em torno desta fazenda e da capela erguida em dedicação a São Januário que o povoamento que deu origem à cidade de Ubá se desenvolveu. Data de 1815 a permissão dada pelo Príncipe-regente D. João VI para a construção de uma capela dentro da Fazenda Boa Esperança.

Outra versão sobre a construção da capela de São Januário conta que o templo religioso foi construído no Povoamento de Suplicação de São Januário de Ubá. Esta versão não desmente a questão da doação de terras feita pelo Capitão Antônio Januário Carneiro para a edificação da capela, evidenciando ainda que em 1815 já havia um povoado onde hoje fica a Praça São Januário.

Inicialmente a capela de São Januário era um curato filial à de São Manoel do Pomba, atual Rio Pomba. Em 1839 foi criado o município de Presídio, atual Visconde do Rio Branco. A matriz de São João Batista do Presídio tornou-se sede da freguesia a qual estava ligada a capela de São Januário. Pela Lei nº 209, de 07 de abril de 1841, o curato de São Januário do Ubá foi elevado à condição de Paróquia.

Em 1853 a sede da Paróquia foi elevada à categoria de Vila, dada a transferência da sede do município de Vila do Presídio para São Januário de Ubá. Em 1857 a Vila de São Januário de Ubá conquistou o título de cidade do Império do Brasil. Porém, em 1868, a sede do município foi novamente transferida para Vila do Presídio. Três anos mais tarde, em 1871, o município foi restaurado com a denominação de São Januário de Ubá.

Somente em 1911 o município teve sua denominação simplificada para Ubá.

A palavra Ubá, em tupi-guarani, significa canoa de uma só peça escavada em tronco de árvore. É também o nome popular da gramínea “Gynerun Sagittatum”, da folha estreita, longilínea e flexível, em forma de cano, utilizada pelos índios na confecção de flechas e encontrada em toda a extensão das margens do Rio Ubá.

¹ Plano de Inventário de Proteção ao Acervo cultural de Ubá. Março de 2006.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 02- Mapa do município de Ubá. Fonte: www.albumchorografico1927.com.br. Acesso 04-07-2013.



Figuras 03 e 04- Imagens antigas do município de Ubá. Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/MG13210.jpg>. Acesso 04-07-2013.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3.2 - Breve Histórico da Praça Guido Marlière:

Há registros que informam que a ferrovia chegou a Ubá em 1879. O prédio que abriga a Estação, localizado na Praça Guido Marlière, foi inaugurado em 1881 pelo imperador D. Pedro II.

A chegada das estações ferroviárias era sinônimo de progresso e modernidade, tendo em vista que dinamizava a vida social e econômica das localidades onde eram implantadas. Neste sentido, o desenvolvimento da Praça Guido Marlière está diretamente ligado ao surgimento da Estação Ferroviária, já que esta trouxe a presença constante de viajantes, visitantes e se tornou um ponto de encontro da população local

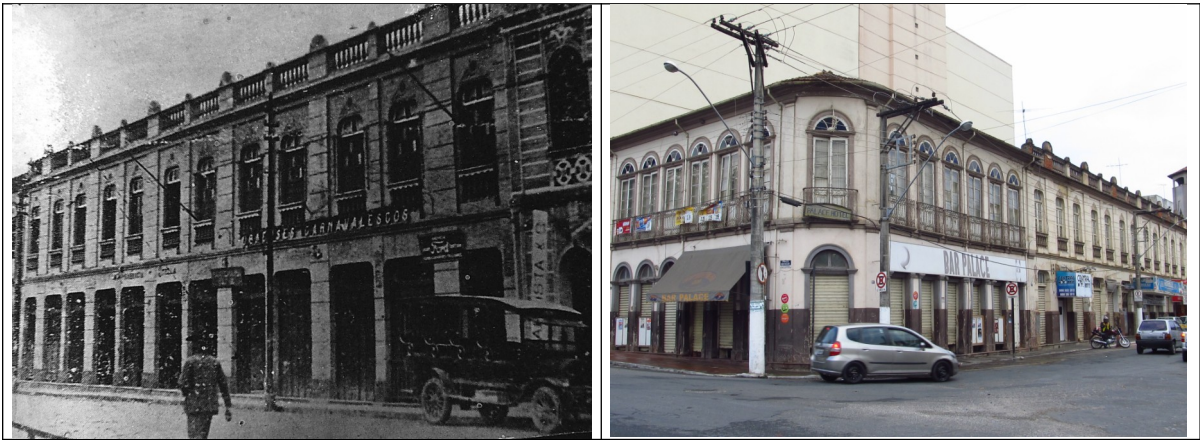


Figura 05 – Imagem antiga da Estação Ferroviária de Ubá. Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Ubá.

É importante ressaltar que o Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária de Ubá foi tombado através do Decreto Municipal nº 4.308, de 03 de junho de 2004, que reconheceu o valor cultural do bem em questão.

Além do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária, a Praça Guido Marlière abriga edificações históricas do início do século XX, destacando-se a presença de imóveis onde funcionaram antigos hotéis, cuja origem está relacionada à existência da própria estação ferroviária.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 06 e 07 – Imagem antiga e atual da edificação que abrigou o Palace Hotel na praça da Estação Ferroviária de Ubá. Fonte: Arquivo Histórico da Cidade de Ubá e foto da vistoria.

4 – ANÁLISE TÉCNICA

A praça Guido Marlière constitui-se num elemento organizador do espaço de uso predominantemente comercial, apresentando intenso movimento de pessoas e veículos, tendo em vista que no entorno da mesma estão localizadas diversas lojas, hotéis, igreja, Cartório, etc.

Mesmo contando com construções contemporâneas, a Praça Guido Marlière configura-se num conjunto de grande interesse cultural. Apesar das substituições ocorridas no entorno da praça, ainda encontram-se preservados alguns exemplares que possuem valor cultural e a paisagem é harmônica, com predominância de edificações com dois pavimentos.

Além da Estação Ferroviária, tombada pelo município, no seu entorno estão implantadas edificações inventariadas pelo município, como o prédio do Cartório de nº 79, a edificação de nº 77 e o antigo Cine Brasil nº 25/28.

Além destes, há vários outros imóveis constantes na lista de bens a serem inventariados, como o Palace Hotel e o Grande Hotel.



Figura 08 – Prédio do Cartório, inventariado pelo município. Fonte : Ficha de inventário.



Figura 09 – Edificação de nº 77, inventariado pelo município. Fonte : Ficha de inventário.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 10 – Edificação do antigo Cine Brasil, inventariado pelo município. Fonte : Ficha de inventário.



Figura 11 – Grande Hotel. Fonte: Fotos da vistoria.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 12 – Antigo Palace Hotel. Fonte: Fotos da vistoria.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 13 – Imagem que mostra o conjunto formado pelo Grande Hotel (assinalado com seta vermelha) e edificações de valor cultural da Praça Guido Marlière. Fonte: Fotos da vistoria.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 14 e 15– Na 1ª imagem Torreão Cesário Alvim nos fundos. Na 2ª imagem edificação de valor cultural que abriga a Biblioteca Municipal e uma igreja. Todas no entorno da Praça Guido Marlière. Fonte: Fotos da vistoria.

A Praça Guido Marlière foi recentemente revitalizada no primeiro semestre de 2012. Encontra-se em ótimo estado de conservação, com pavimentação de piso intertravado de concreto e a presença de uma fonte. Entretanto junto ao prédio da Estação Ferroviária observou-se que há lixo acumulado e o no trecho coberto das plataformas percebeu-se a constante presença de mendigos.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 16 e 17 – Praça Guido Marlière com a Estação Ferroviária ao fundo. Fonte: Fotos da vistoria.

Além do patrimônio material que a Praça Guido Marlière abriga, sua importância histórica não está relacionada apenas à manutenção de seus bens arquitetônicos. A Praça Guido Marlière contempla também uma dimensão imaterial, uma vez que se constitui numa referência cultural, associada à memória e à identidade dos moradores locais que utilizam o local como ponto de encontro e lazer.

5- FUNDAMENTAÇÃO

Patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado, com que vivemos hoje, e que passamos às gerações vindouras.

A identidade de uma população se faz, também, através da preservação do Patrimônio Cultural. Este patrimônio deve ser visto como um grande acervo, que é o registro de acontecimentos e fases da história de uma cidade. O indivíduo tem que se reconhecer na cidade; tem que respeitar seu passado.

A cidade de Ubá já apresenta um processo avançado de substituição de suas edificações, onde o antigo muitas vezes foi demolido em nome do novo, da “modernidade”, independentemente de se averiguar qual seria o valor cultural do que está sendo derrubado para a história da cidade. Esta prática deve ser evitada; cada substituição deve ser cuidadosamente analisada, reconhecendo a cidade como um processo dinâmico, mas também reconhecendo o seu legado histórico.

Deve-se privilegiar a proteção de conjuntos urbanos, uma vez que desta forma preserva-se também a ambiência, a imagem do lugar.

A ambiência urbana característica de cada Conjunto pode incluir bens culturais dos mais variados usos, como residências, estabelecimentos comerciais, instituições públicas, praças, passeios, áreas verdes e de lazer. Esta pluralidade também se expressa nas formas de construir e estilos de cada edificação, que são múltiplos. As formas de usufruir destes espaços, as experiências vividas, são o patrimônio imaterial que está diretamente ligado a este lugar. Portanto a proteção de conjunto torna-se mais efetiva

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

por integrar os aspectos materiais e os imateriais diretamente relacionados com aquele espaço.

A Praça Guido Marlière e as edificações localizadas no seu entorno, algumas tombadas e / ou inventariadas, conformam um conjunto paisagístico- arquitetônico, de grande valor cultural². Possui atributos e significados que justificam a sua permanência e sua preservação. Acumula valores paisagísticos, turísticos, afetivos, históricos, testemunho, raridade e identidade, além dos valores intangíveis.

O município reconheceu a importância da Praça e de alguns imóveis localizados no entorno da mesma ao realizar o inventário e / ou tombamento. A relevância de outros imóveis também foi reconhecida pelo município de Ubá que os inseriu na relação de bens culturais a serem inventariados.

Conforme descrevem os artigos 30, IX e 216, *caput* da Constituição Federal:

Art. 30- Compete aos Municípios:

IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Art. 216, § 1º

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Há cartas patrimoniais que tratam sobre conjuntos históricos urbanos e fazem recomendações para sua salvaguarda.

Segundo a recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, resultante da 19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Nairóbi em de 26 de novembro de 1976:

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos contra a desfiguração resultante da instalação de suportes, cabos elétricos ou telefônicos, antenas de televisão ou painéis publicitários de grande escala. Se já existirem, deverão ser adotadas medidas adequadas para suprimi-los. Os cartazes, a publicidade luminosa ou não, os letreiros comerciais, a sinalização das ruas, o mobiliário urbano e o revestimento do solo deveriam ser estudados e controlados com o maior cuidado, para que se integrem harmoniosamente ao conjunto. Deveria ser feito um esforço especial para evitar qualquer forma de vandalismo.

Também recomenda:

Os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser protegidos ativamente contra quaisquer deteriorações, particularmente as

² “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENEZES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

que resultam de uma utilização imprópria, de acréscimos supérfluos e de transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade, que atentam contra sua autenticidade, assim como as provocadas por qualquer tipo de poluição. (...) A legislação de salvaguarda deveria ser, em princípio, acompanhada de disposições preventivas contra as infrações à regulamentação de salvaguarda e contra qualquer alta especulativa dos valores imobiliários nas zonas protegidas, que possa comprometer uma proteção e uma restauração concebidas em função do interesse coletivo.

Recomendações da Carta de Nairóbi³ :

Em cada Estado Membro deveria se formular, nas condições peculiares a cada um em matéria de distribuição de poderes, uma política nacional, regional e local a fim de que sejam adotadas medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais pelas autoridades nacionais, regionais e locais para salvaguardar os conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência e adaptá-los às exigências da vida contemporânea (grifo nosso). Essa política deveria influenciar o planejamento nacional, regional e local e orientar a ordenação urbana urbano e rural e o planejamento físico-territorial em todos os níveis. As ações resultantes desse planejamento deveriam se integrar à formulação dos objetivos e programas, à distribuição das funções e à execução das operações. Dever-se-ia buscar a colaboração dos indivíduos e das associações privadas para a aplicação da política de salvaguarda.

Recomendações da Carta de Goiânia⁴:

Nos processos de tombamento, em se tratando de conjunto urbano, o Poder Público deverá, obrigatoriamente, delimitar a área tombada e a Administração estabelecer os critérios de preservação ou critérios que nortearão as intervenções novas, onde e como poderão ser admitidas;

De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Ubá:

Art. 29 É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

(...)

III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

³ 19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 26 de novembro de 1976

⁴ Carta elaborada durante o 1º Encontro Nacional Do Ministério Público Na Defesa Do Patrimônio Cultural, realizado nos dias 22 e 23 de outubro de 2003, na cidade de Goiânia-GO, onde estavam presentes os representantes do Ministério Público (Federal e Estaduais), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (Agepel), Prefeitura Municipal de Goiânia.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
(...)

Art. 55 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I – assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, no que diz respeito:

(...)

- b) à proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;
- c) a impedir a evasão, distribuição e descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;

Art. 233, § 4º - Ao Município cumpre proteger os documentos, as obras, objetos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

Art. 234 O Município, no exercício de sua competência:

II – protegerá, por todos os meios ao seu alcance, obras objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico;

Art. 242 O Município tombará, para fins de conservação:

II – O Paço Municipal “Governador Ozanam Coelho”;

V – O jardim “Cristiano Roças”, da Praça São Januário;

VIII – Os monumentos e bustos da Praça São Januário e outros localizados em locais públicos;

O Plano Diretor Municipal, instituído em Ubá pela Lei Complementar N°099/2008, define,

Art. 5º - São objetivos do Plano Diretor de Ubá:

III - a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente natural e cultural do município;

Art. 60. O Plano Municipal de Cultura atenderá às seguintes diretrizes específicas, além das diretrizes gerais indicadas no Art. 58 desta Lei:

I - valorizar, proteger e conservar o Patrimônio Cultural de Ubá;

II - estimular e divulgar a produção cultural tradicional, introduzindo conteúdos de valorização do patrimônio cultural nos currículos das escolas municipais, associando-o ao ensino da história do município;

V - buscar parcerias para a restauração e conservação do patrimônio cultural.

Art. 83. Compete ao Poder Executivo Municipal, a implementação do Plano Diretor, por meio dos seguintes instrumentos de implementação e administração das diretrizes do Plano Diretor:

III - institutos jurídicos:

a) tombamento;

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- b) desapropriação;
- c) servidão ou limitação administrativa;
- d) criação de Unidades de Conservação;
- e) **criação de Áreas de Interesse Especial;**
- f) concessão do direito real de uso;
- g) concessão de uso especial para fins de moradia
- h) usucapião especial de imóvel urbano;
- i) direito de superfície;
- j) direito de preempção;
- k) operações urbanas consorciadas;
- l) regularização urbanística e fundiária;

A Lei nº 2.696, de 20 de novembro de 1996, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Município de Ubá define:

Art. 1º - Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais, de propriedade pública ou particular, existentes no município, que, dotados de valor histórico estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação.

Art. 4º - Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, sem a expressa autorização especial da Prefeitura municipal de Ubá, serem pintados ou restaurados, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da obra ou serviço.

Art. 5º - Sem a prévia autorização do Conselho Deliberativo, não se admitirá, na vizinhança do bem ou coisa tombada, nova edificação que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de se mandar destruir a obra irregular ou retirar o objeto, impondo-se, no descumprimento da notificação, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto.

O Código de Posturas de Ubá no Capítulo XII que é dedicado à questão dos anúncios e cartazes na cidade estabelece que:

Art. 156º - Não será permitida a colocação de anúncios e cartazes quando:

(...)

II - de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;

(...)

IV - obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras;

(...)

VII – pelo seu número ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Deste modo, o município de Ubá contempla o Patrimônio Histórico e Cultural em sua legislação urbanística, devendo cumpri-la de modo efetivo, defendendo, preservando e recuperando os bens culturais da cidade.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

6- CONCLUSÕES

A Praça Guido Marlière e as edificações localizadas no seu entorno, algumas tombadas e / ou inventariadas, conformam um conjunto paisagístico- arquitetônico, de grande valor cultural e configura-se num espaço de encontro da população local. Apesar de algumas substituições ocorridas no entorno da praça, ainda encontra-se preservados exemplares que possuem valor cultural e a paisagem é harmônica, com predominância de edificações com dois pavimentos.

Para se evitar novas perdas e preservar a ambiência, a imagem do lugar e os aspectos imateriais relacionados com o local, sugere-se a proteção do Conjunto Paisagístico da Praça Guido Marlière.

Em obediência ao Plano Diretor Municipal, sugere-se a criação da Área de Interesse Especial da Praça da Praça Guido Marlière. Deverá ser traçado um perímetro abrangendo a praça e todas as edificações cujas testadas estão voltadas para ela. Esta delimitação deverá se sobrepor ao Zoneamento existente e as regras devem ser mais restritivas, principalmente no que se refere ao coeficiente de aproveitamento, afastamentos e altimetria das edificações.

Para todas as edificações integrantes do conjunto, deve-se definir graus de proteção diferenciados, levado-se em conta os valores histórico, arquitetônico e paisagístico.

Para os imóveis inseridos no perímetro de proteção devem ser concedidos benefícios e incentivos, tais como isenção de IPTU, Transferência do Direito de Construir, entre outros.

Sugere-se as seguintes diretrizes básicas:

- Prever a altimetria máxima de dois pavimentos ou 7,5 metros, a contar do ponto médio da testada do terreno até a cumeeira do telhado, uma vez que esta é a altimetria dominante no local.
- Nova edificação deve respeitar o volume original e proporções dos vãos antigos no caso de demolição ou arruinamento de edificação de integrante do conjunto.
- Em situações que envolvam restauração do imóvel (ou partes), salvaguardar os elementos formais pré-existentis mais característicos da fachada do imóvel, sempre que neste se reconheça o suficiente valor ou contribuição para a imagem geral do conjunto (remates, as platibandas, os socos, as pilastras, os quadros dos vãos ou outros elementos figurativos de interesse histórico ou cultural).
- Vedar a construção de marquises ou balanços sobre o passeio.
- Não permitir instalações de coberturas suspensas no local.
- A instalação de antenas parabólicas e placas solares de aquecimento será admitida a critério do órgão de preservação competente, devendo ser locadas de forma a não serem visíveis a partir do logradouro público. Os equipamentos auxiliares, assim como as caixas d'água, deverão ser instalados somente no entreferro (desvão) das edificações, abaixo dos pontos de cobertura, e sem criar volumes próprios.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Além disso sugere-se:

- Eliminação do impacto visual causado principalmente pelos engenhos publicitários de grandes dimensões. Portanto é necessária a retirada, com a maior urgência, dos anúncios publicitários e toldos que estiverem em desacordo com o Código de Posturas Municipal e com o Decreto Lei 25/37 e a normatização da ordenação dos anúncios publicitários e toldos na cidade.
- Toda intervenção a ser realizada em edificações integrantes da área deverá obedecer às diretrizes e ser previamente aprovada pelo Conselho Municipal competente, buscando a manutenção das tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar. Não é aconselhável o incentivo da verticalização, o que pode gerar especulação imobiliária, com substituição de imóveis antigos de poucos pavimentos por outros mais verticalizados.
- Qualquer projeto de intervenção no local deverá ser elaborado por uma equipe técnica especializada e submetido à prévia análise e aprovação das intervenções pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Os conselheiros deverão utilizar critérios técnicos para analisar as intervenções e para embasar suas decisões para evitar danos que são irreversíveis ao patrimônio cultural.
- Proibir afixação de cartazes na edificação,
- Promover vigilância no local para prevenir as ações de vandalismo e impedir o uso do espaço por mendigos.

7- ENCERRAMENTO

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 23 de julho de 2013.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9

Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – MAMP 5011
Historiadora